

Anteprojeto de resolução

XI Conferência Nacional da

Democracia Socialista, tendência do PT

I

A crise internacional do neoliberalismo

1. O neoliberalismo como programa econômico entrou em crise sistêmica, estrutural e global em 2008, quando estourou a crise do capitalismo desenvolvido. Serviu por três décadas à ascensão de uma globalização econômica moldada pelos interesses do capital financeiro internacional. No seu auge, na década de 1990, tinha se constituído em força política governante em boa parte do mundo. Essa vitória conservadora dissolveu a ordem mundial de duas superpotências (a Guerra Fria entre os EUA e a URSS), eliminou os compromissos com a estabilidade e regulação financeira mundial de Bretton Woods e retirou as promessas do estado de bem-estar social como horizonte civilizatório do capitalismo. Contrariamente aos discursos dos vencedores da Guerra Fria, a partir de então tivemos um mundo mais desigual, mais instável e mais violento.
2. A crise do neoliberalismo está associada à quebra em 2008 de grandes bancos dos EUA que deriva em crise de dívidas "soberanas" de Estados nacionais e, em seguida, crise da produção e do emprego. Foi o maior abalo do capitalismo mundial desde a crise de 1929.

3. A hegemonia neoliberal no mundo não existe mais. Suas receitas foram desmoralizadas quando em resposta à crise econômica de 2008, o governo dos EUA aplicou políticas “heterodoxas” para evitar afundar o país na depressão. Porém, a superação plena dependerá da luta política em cada país, a nível regional e em escala mundial. Assim, sua crise não deve ser confundida com a continuidade, ou não, de políticas neoliberais. Onde havia força acumulada alternativa, o neoliberalismo recua; onde não há, mantêm-se, mas a custos crescentes.
4. Há que se destacar que poucos países centrais puderam lançar mãos de mecanismos não neoliberais, como a *quantitative easing* nos EUA. Afora esse país, com sua condição excepcional de exportar os custos da crise para o resto do mundo, a Alemanha e o Japão, os demais estão atrelados ao receituário neoliberal (isto é: recessão/estagnação), como já dito, a custos sociais, políticos e econômicos crescentes. Nos países centrais, há que se registrar ainda, o não surgimento de barreiras sociais ao vandalismo neoliberal que usa as finanças públicas como privadas em proveito das grandes fortunas, especialmente as financeiras. Nem o movimento sindical nem forças partidárias conseguiram, até o momento, levantar resistências significativas. Isso ainda dá ampla margem de manobra ao capital financeiro. E uma polarização política à direita. Seria ilusório, no entanto, supor calma e ausência de novas crises pela frente nos países centrais.
5. Mais de cinco anos depois da eclosão da crise econômica do capitalismo desenvolvido ainda persistem dúvidas sobre a superação dessa fase. Se há recuperação da atividade econômica, mais nos EUA que em Europa, se fez sem recuperar o nível de emprego e, obviamente, dos salários. Isso já indica que acelerou a desigualdade e chegou-se mesmo à criação de uma nova zona de pobreza nos países centrais, incluído os EUA.
6. Os resultados da crise do neoliberalismo em processo têm sido, portanto, desiguais nos países centrais. E, principalmente, há uma nítida perda de unidade e potência da globalização neoliberal e da autoridade político-militar-econômica-ideológica do seu motor, o capital financeiro e o Estado dos EUA.

7. As crises do capitalismo desenvolvido e do receituário económico neoliberal coincidem com um momento de transições no poder mundial, com avanços económicos importantes em anteriores periferias que hoje são pólos emergentes e impasses no unilateralismo da estratégia político-militar dos EUA (como ficou evidente na frustrada tentativa de invadir a Síria).

8. Importante analisar a China nesse contexto. Aqui anotamos apenas alguns aspectos, de uma dinâmica que precisa ser mais conhecida. Apesar de ter participado ativamente da globalização, o fez sem perder sua autonomia nacional e o papel central do seu Estado. A China não afundou junto com a crise. Reduziu relativamente seu alto crescimento, mas não caiu na vala comum da crise neoliberal dos países centrais. Vem construindo um enorme mercado interno e a mais ampla classe operária do planeta. Ao passo que reduz a miséria, não parece conter um processo de crescimento de desigualdade interna. Em qualquer cenário, a China é um elemento decisivo para o debate de alternativas à globalização neoliberal. Permanece a questão se uma sociedade que viveu uma revolução popular e socialista pode conviver por muito tempo com a desigualdade, com o imperialismo e com a questão democrática bloqueada.

9. A América Latina, especialmente a do Sul, continua um espaço privilegiado de construção para avanços políticos e económicos alternativos à ordem neoliberal e ao imperialismo iniciado com a vitória eleitoral do Chávez na Venezuela em 1998 e potencializado com a eleição do Lula no Brasil em 2002. Em toda a região, nos países onde foram eleitos governos progressistas e de esquerda, houve uma recuperação do papel dos Estados frente aos mercados, abrindo um período político pós-neoliberal. Resultado dessa mudança foi a retirada de enormes contingentes da população da condição de pobreza extrema e a melhoria da distribuição de renda. Diferentemente das receitas neoliberais, a região respondeu à crise de 2008 com esforços adicionais para defender e até promover o emprego formal e os salários e sustentar a economia com base à demanda interna / regional e nas relações Sul-Sul.

10. O período de crise do neoliberalismo, no entanto, não foi correspondido com novas iniciativas de unificação desse espaço regional pós-neoliberal, seja no Mercosul, Unasul ou

Celac. Existe uma agenda regional pendente sobre cooperação em relação às finanças internacionais de nossos países. Sua concretização muito ajudaria a enfrentar os embates de nossas economias com o capital financeiro globalizado.

11. Há que se destacar, no entanto, que não faltaram iniciativas econômicas bilaterais ou avanços políticos nacionais. É de se mencionar a recente iniciativa do Brasil com Cuba, na área econômica (construção do porto de Mariel, em Cuba) e na área da saúde (programa Mais Médicos, no Brasil). A vitória de Bachelet no Chile se fez com uma plataforma política que tenta superar a herança econômica do *pinochetismo* nessa sociedade, o que a experiência dos governos da Concertação (1990-2009) não fez.
12. No plano econômico a região tem estado sob forte pressão do capital financeiro internacional. Dois países, Venezuela e Argentina, que fizeram das restrições à circulação do capital financeiro internacional uma ferramenta central para seu desenvolvimento econômico, sofrem forte pressão sobre suas moedas e problemas em suas balanças de pagamento. No Brasil o capital internacional pressiona para que o governo abandone a política de fortalecimento do Estado frente ao mercado, mas o país tem conseguido expressar um processo mais robusto, embora mais passo-a-passo, de alternativa ao neoliberalismo.
13. O debate sobre a crise do neoliberalismo retoma aquele sobre os ciclos longos de crescimento do capitalismo. A longa hegemonia neoliberal, vigente desde os anos 80, parece ter chegado ao seu limite crítico e aberto um período novo, sem determinismos. O triunfalismo neoliberal afundou, mas as forças capitalistas que o produziram recuperaram terreno nos países centrais. E esse parece um elemento muito forte de incentivo e ação de burguesias dependentes, como a brasileira.
14. Não há sinais, por um lado, da construção de uma alternativa capitalista de superação da crise: continuam os movimentos geopolíticos de redistribuição dos poderes econômicos e políticos que têm como epicentro a ascensão da China; não se vislumbra a retomada de um período mais dinâmico de crescimento de conjunto da economia capitalista; não se elaborou no campo neoliberal uma resposta política coerente e de conjunto às suas contradições. Talvez

possa se falar em um cenário instável e polarizado pela direita da crise do neoliberalismo, que advém de um princípio de recuperação da economia norte-americana, de importantes vitórias políticas do neoliberalismo na Europa a partir da liderança do Estado alemão e das instituições neoliberais que regulam a unidade europeia, bem como de um novo campo de pressões sobre as transformações na América Latina, único continente que apresenta uma clara dinâmica de processos históricos de construção pós-neoliberal.

15. Trata-se, sobretudo, de compreender melhor os desafios, potencialidades e impasses da construção de um período pós-neoliberal. O primeiro grande desafio é o internacional: como fenômeno vinculado à globalização financeira, a superação plena do neoliberalismo exige uma dinâmica internacional alternativa. Ora, a continuidade de poder político, econômico, militar e geopolítico dos EUA, apesar da crise de sua capacidade de direção, o poder econômico dos grandes capitais financeiros, o controle de órgãos como o FMI, OMC, Banco Mundial ou estratégicos como o Banco Central Europeu, conferem ao neoliberalismo uma grande capacidade de prolongamento de sua dominação, a custos e conflitos sociais crescentes, seja socializando perdas via dívidas públicas, seja impondo em seguida fortes cortes em gastos sociais, seja estabelecendo novos pactos de regulação financeira. Neste contexto, em graus variados, todos os Estados nacionais vêm sendo pressionados a incorporar limites e constrangimentos às suas políticas econômicas. Passa a ser fundamental o grau de soberania nacional e a construção de espaços regionais ou de relações internacionais que resistam à lógica do neoliberalismo em crise.

16. Um segundo desafio é o democrático, que ficou muito nítido nos casos europeus de luta contra os pacotes de austeridade. Há um nítido esvaziamento dos mínimos procedimentos republicanos baseados na soberania popular, com uma fuga das decisões chaves para organismos não eletivos e a impotência dos cidadãos. Entre partidos institucionalizados apegados às regras do jogo e movimentos sociais disruptivos mas sem uma clara expressão política, cria-se um vácuo que favorece a captura do Estado pelas forças políticas neoliberais. A alternativa está exatamente em lutar por novas formas de democracia direta e participativa e em lutar para construir partidos com forte capilaridade nos movimentos sociais capazes de

expressar o ponto de vista da soberania popular e alternativas, ainda que embrionárias, ao neoliberalismo.

17. Um terceiro grande desafio é o de contrapor-se à profunda erosão dos valores e tradições socialistas e do mundo do trabalho, que na dinâmica da crise funciona como ausência de um horizonte de alternativas culturais e políticas sólidas para enfrentar o neoliberalismo. Os anos recentes serão lembrados por um novo ciclo de desmoralização e aprofundamento da perda de identidade das tradições social-democráticas europeias, que desde os anos noventa já se inscreveram nas ambiguidades da chamada Terceira Via. Serão lembrados também pela impotência das tradições anticapitalistas, em particular as de viés sectário, em romper a barreira do isolamento e da margem em meio à crise.
18. A globalização neoliberal, no entanto, retrocedeu, abrindo novos espaços de ação nacional e internacional. Ao mesmo tempo, no plano da teoria crítica, novos debates vem se colocando com relativa força: a questão do desenvolvimento e do Estado, da democracia, das classes sociais, e da própria crítica ao capitalismo. É importante lembrar que essas discussões estavam quase soterradas no tempo do pensamento único. Quiçá, possamos em breve ter o socialismo como tema atual. É para isso que lutamos. Esta conjuntura internacional que apresenta limites estruturais às ações de caráter socialista para uma curta temporalidade deve ser incorporada ao exame das potencialidades e desafios que se colocam para o PT, como um partido histórico do socialismo democrático.

II

A revolução democrática e as eleições de 2014

19. As eleições de 2014 devem ser analisadas como parte do longo ciclo de luta contra o neoliberalismo, que teve início em 1989 que se centralizou na disputa entre a candidatura Lula e a candidatura Collor. Neste período de 25 anos, as eleições presidenciais no Brasil têm se

tornado momentos críticos de passagem entre subconjunturas, condensando conquistas e impasses vividos nos quatro anos anteriores e, ao mesmo tempo, indicando novas possibilidades a partir das mudanças na legitimidade democrática e na correlação de forças entre os diferentes projetos políticos de classe.

20. Assim, seria possível identificar um sentido particular, único e singular, de cada grande disputa política nacional que se organiza em torno às eleições presidenciais: 2002 marcou o início de um novo ciclo político do país, com a vitória de Lula em um quadro de forte chantagem dos capitais financeiros internacionais e das forças políticas neoliberais; 2006 foi fundamental para marcar a conquista de um segundo mandato Lula, após a grave crise de 2005, consolidando e legitimando uma inflexão à esquerda importante da legitimidade da luta contra os fundamentos neoliberais (nova orientação da política econômica desde o final de 2005, nova política do salário-mínimo, denúncia das privatizações no segundo turno, consolidação da legitimidade das novas políticas de inclusão social); 2010 foi uma clara manifestação do apoio à continuidade e aprofundamento das mudanças conquistadas nos governos Lula, a partir das respostas à esquerda diante dos novos desafios da crise econômica internacional de 2008, com a construção da liderança política de Dilma Rousseff em meio a um quadro de forte acirramento da luta de classes a partir de uma contra-ofensiva político-midiático neoliberal e conservadora promovida pela candidatura Serra, principalmente a partir do final do primeiro turno. Qual a singularidade que se pode prever, então, das eleições de 2014 na longa trajetória de disputas contra o neoliberalismo?

21. Nos últimos anos, temos focado a dialética entre a crise internacional do neoliberalismo e o acúmulo de vitórias contra as forças neoliberais no Brasil como um potencial inscrito de uma revolução democrática. Esta dinâmica de revolução democrática abre um novo período de mudanças estruturais no país, centralizadas por uma democratização qualitativa dos centros de poder. A democratização dos centros de poder do Estado – conjugando um novo quadro institucional das formas de representação e democracia participativa, de democratização do processo de formação da opinião pública, de fim da corrupção sistêmica, de avanços na Justiça de Transição e de superação das dimensões conservadoras das políticas de segurança pública – se associaria a um novo patamar de planejamento público e de políticas

macroeconômicas, abrindo um período de universalização das políticas sociais e de desmercantilização dos bens necessários à reprodução da vida social formando um Estado alicerçado nos valores da solidariedade, do feminismo e da multi-ethnicidade.

22. Chamamos, então, de uma política da revolução democrática aquela que busca os caminhos para inscrever nas ações do PT, do governo e dos movimentos sociais uma convergência em direção a criação das condições de avanço da revolução democrática. A política da revolução democrática é, assim, uma forma programática de ler a conjuntura política brasileira, à luz da evolução da conjuntura internacional, que, ao mesmo tempo, procura se apoiar no acúmulo de legitimidade e das transformações conquistadas e, ao mesmo tempo, enfrentar os novos impasses e desafios colocados pela luta e pelo reposicionamento das classes dominantes brasileiras e internacionais ao aprofundamento das transformações. Ao trabalhar com potencialidades acumuladas e impasses, a política da revolução democrática busca evitar os erros simétricos de uma acomodação às conquistas já estabelecidas e um voluntarismo político alheio às possibilidades reais a cada conjuntura. É através de uma perspectiva de revolução democrática que podemos analisar os desafios das eleições de 2014.

23. Nesta perspectiva da política da revolução democrática, o objetivo central de reeleger Dilma Rousseff se conjuga com o objetivo de maximizar a derrota dos neoliberais – derrotando-os também em governos estaduais centrais e crescendo as bancadas do PT – e o de criar a legitimidade política para o aprofundamento das mudanças em um sentido pós-neoliberal. Nesse sentido é fundamental uma nova pactuação de alianças e convergências com os movimentos sociais para criar um novo contexto de possibilidades de reformas estruturais, democráticas, populares e republicanas no Brasil.

O quadro da disputa pelo quarto mandato

24. No campo de incertezas e imprevisibilidades que marcarão as eleições de 2014 – que devem ser incorporadas como um momento importante da análise – é provável que as eleições de 2014 configurem as seguintes singularidades: um favoritismo inicial da candidatura de reeleição de Dilma Rousseff, fruto de um acúmulo de conquistas históricas e razões mais conjunturais; uma certa exaustão programática e política da capacidade do PSDB em liderar

uma coalizão concorrencial nas eleições presidenciais com a maior possibilidade de uma alternativa como a liderada por Eduardo Campos/Marina encontrar um dinamismo potencial no campo oposicionista; uma relação maior entre o espaço institucional de disputa das eleições e os movimentos sociais e públicos de protesto, que marcaram uma nova cena a partir de junho de 2013; além da afirmação da continuidade das conquistas contra o neoliberalismo, uma disputa mais aberta sobre os futuros possíveis do Brasil. Esse quadro configura um cenário de disputa que vai além da afirmação da continuidade das conquistas contra o neoliberalismo, abrindo uma disputa mais aberta sobre os futuros possíveis do Brasil.

25. O atual favoritismo da reeleição de Dilma Roussef reflete o apoio majoritário do eleitorado, dos trabalhadores e dos setores mais pauperizados, às conquistas acumuladas pelos três últimos governos, em particular nos campos econômico e social. Apesar de governar em meio à continuidade da crise internacional, o governo Dilma Roussef conseguiu manter, embora em um ritmo menor, a dinâmica iniciada mais claramente no segundo governo Lula de crescimento da oferta de empregos formais, valorização do salário-mínimo e do salário médio, ampliação das políticas de inclusão social, além de expansão de direitos trabalhistas (como a das empregadas domésticas) e anti-racistas (como a quota dos não brancos nos empregos públicos), além de expansão das políticas públicas na área de educação (Pronatec, creches) e na saúde (Programa Mais Médicos). Os financiamentos e o apoio à agricultura familiar, bem como o financiamento público ao maior programa de casas da história brasileira foram aprofundados. Estas dinâmicas de inclusão social e de caráter distributivo conflitam de forma impressionante com as dinâmicas de desemprego, redução de salários e de serviços públicos que atingiram, de forma desigual, a generalidade dos países do mundo no último período.

26. Estas razões de caráter histórico e acumulativas de apoio ao governo Dilma Roussef foram atualizadas pelo caráter democrático e popular das respostas do atual governo federal às manifestações de junho de 2013. Com efeito, após um forte desgaste inicial da imagem e da popularidade do governo, diante da campanha midiática concentrada de ataques, o governo Dilma Roussef no segundo semestre de 2013 conseguiu entrar em uma dinâmica de franca reconstituição dos patamares de apoio e popularidade, embora inferiores aos altíssimos índices

anteriores de aprovação. Esta dinâmica de recuperação só foi possível porque o governo Dilma priorizou o diálogo com os movimentos sociais (em contraste com o perfil repressivos dos governos do PSDB) e respondeu às manifestações com cinco propostas que incidiam sobre as reivindicações das ruas. A defesa da reforma política e da convocação de uma Assembleia Constituinte Extraordinária inicialmente feita, a priorização de novas leis contra a corrupção, a abertura de um novo ciclo de investimentos no transporte público, os novos investimentos na educação e saúde (com o destino prioritário das receitas do Pré-Sal para estas áreas), o Programa Mais Médicos e o compromisso em manter o controle da inflação marcou um novo período de dinamismo do governo. Ao mesmo tempo, evidenciou a dificuldades das oposições, em particular aquela liderada pelo PSDB, em estabelecer uma conexão programática com as reivindicações das ruas que, no fundamental, reivindicam um aprofundamento das políticas anti-neoliberais através de uma maior oferta de bens públicos.

27. Este favoritismo da candidatura de reeleição de Dilma Roussef não pode ser confundido com uma ilusória e perigosa certeza apriorística de sua vitória nas eleições de 2014. Como nas três eleições anteriores, não se manifesta nas coalizões e na própria sociedade brasileira uma situação de clara hegemonia do PT e das esquerdas que estabeleçam como mais provável uma vitória no primeiro turno das eleições, embora ela não possa ser descartada. A força econômica do capitalismo internacional e sua influência no Brasil, a vantagem estrutural da correlação de forças dos neoliberais nos meios de comunicação de massa, os impasses ainda não superados das marcas da institucionalização do PT e dos limites corporativos dos movimentos sociais, em particular o sindical, indicam que a disputa política em 2014 será marcada por um forte antagonismo classista com resultados incertos em uma medida importante.

28. É muito visível, por outro lado, as dificuldades da candidatura Aécio Neves em construir uma dinâmica competitiva e polarizadora nas eleições presidenciais de 2014. Estas dificuldades têm a sua origem fundamental na dificuldade histórica do neoliberalismo em protagonizar um programa com legitimidade e atração popular desde a crise agônica do segundo governo FHC. Articulada mais claramente logo após as eleições de 2010, a partir da aliança de Aécio com FHC, contra as articulações serristas no interior do PSDB, esta candidatura se propôs desde o início uma espécie de refundação pública da identidade do PSDB em sua defesa aberta do

legado virtuoso dos governos FHC e de um programa nitidamente malanista. A esta identidade e este programa retomados e atualizados, a candidatura de Aécio propunha-se a liderar uma espécie de “mutirão das oposições”, dissolvendo a coalizão política construída em torno à sustentação do governo Dilma Roussef.

29. O balanço desta estratégia evidencia uma conquista apenas parcial e problemática destes objetivos. Sem ter uma memória de disputas nacionais anteriores, Aécio chega a 2014 sem uma liderança política nacional construída e sem um caminho para sua construção. A resistência serrista no PSDB claramente atrasou os ritmos desta construção. Além disso, ainda é muito frágil e estreita a coalizão política montada pelo PSDB (até agora apenas a atração previsível do sindicalismo corrompido e instrumental da Força sindical, agora Partido Solidariedade, com o afastamento simbólico mas importante do antes fiel PPS). Por fim, o cenário visado pela construção desta candidatura, estreitamente afinada com a inteligência política e midiática dos capitais financeiros, de estimular e provocar uma desestabilização da economia brasileira, através do alento às expectativas da inflação interna e desconstrução artificial da credibilidade da economia brasileira no exterior, não tem obtido sucesso, embora tivesse pressionado a política macroeconômica do governo Dilma a uma atitude claramente defensiva. A candidatura Aécio, que conta ainda com o apoio preferencial dos setores financeiros e midiáticos, terá o apoio majoritário, mas não pleno, da estrutura orgânica do PSDB, seus governos estaduais, seu enraizamento nacional, e desfruta mesmo neste quadro de um potencial importante de votos. O seu desafio é justamente o de evitar a atração oposicionista alternativa de um outro polo em formação, aquele da candidatura Campos/Marina.

30. A candidatura Campos/Marina é, por excelência, o lugar da indeterminação nestas eleições, com seus limites e potencialidades. A sua performance eleitoral depende de ações e movimentos da candidatura Dilma e da candidatura Aécio: seu potencial de crescimento no campo ao centro do eleitorado, apresentando-se como uma alternativa nova à polarização histórica entre PSDB e PT e seu potencial de crescimento no campo à direita na dependência direta das dificuldades da candidatura Aécio. O fato de Campos nunca ter tido uma participação eleitoral nacional, uma certa instabilidade da aliança com Marina, a força ainda

não provada de sua inserção eleitoral na região nordeste, a instabilidade e fraquezas de suas coalizões nos colégios eleitorais centrais do país acrescentam fatores a esta indeterminação básica de seu potencial. Neste quadro muito amplo de previsões, o central é definir a natureza política desta candidatura, que deve orientar a nossa crítica pública a ela.

31. Se a candidatura Aécio representa um retorno e atualização do fundamentalismo neoliberal, a candidatura Campos/ Marina é nitidamente uma candidatura de conciliação com o programa e as forças do neoliberalismo. Isto está nítido na construção de sua narrativa que vê o período neoliberal de FHC de forma positiva, centrada na realidade mitificada da estabilidade da economia e como ante-sala das conquistas sociais reconhecidas dos governos Lula e Dilma. Está presente também nos seus acenos e incorporação da crítica neoliberal às políticas macro-econômicas do governo Dilma, acenando para uma nova pactuação com os núcleos do poder capitalista e financeiro do Brasil. Está presente igualmente na prioridade de suas alianças com forças pessedebistas, afastando-se de uma centralidade de aliança com o PT que marcou até agora a identidade do PSB no grande ciclo de lutas históricas com o neoliberalismo. Esse perfil de Campos, permeado pela ambiguidade retórica de reclamar-se da herança das conquistas sociais da era Lula, busca lançar uma ponte para uma aliança de segundo turno com as forças neoliberais. Evidencia que no campo da disputa política brasileira não há neutralidade na polarização social estabelecida desde 1989 e acelerada após a conquista do governo central em 2002. Entre dois centros de gravidade, o da revolução democrática e o da reconstituição do domínio do capital sobre o governo central, Campos está polarizado pelo segundo.

32. Um discurso que identifica Campos exatamente com o neoliberalismo e o ataca como “traidor” tem a sua eficácia política limitada porque a construção de sua imagem pública certamente incorporará a mobilização simbólica e real de seu tempo de inscrição na luta anti-neoliberal e se defenderá a priori da acusação de “traição” com a narrativa que pretende ser uma alternativa ao esgotamento do ciclo petista, mobilizando desta vez os acúmulos de anti-petismo inscritos na disputa política nacional. É muito provável que conte com o auxílio e apoio da rede midiática neoliberal para construir esta imagem e este discurso, como já vem sendo apontado publicamente por FHC. Na verdade, a eficácia da crítica da conciliação de Campos/Marina com o neoliberalismo de FHC só ganhará legitimidade se o programa, a

identidade e os movimentos políticos da candidatura Dilma Roussef apresentarem uma crescente nitidez anti-liberal, aprofundando o caminho de um Brasil pós-neoliberal. Isto é, quanto mais a candidatura Dilma Roussef apresentar uma identidade e uma mensagem vinculadas às diretrizes de uma revolução democrática, como viemos defendendo, incorporando inclusive com centralidade a questão democrática e também cobrindo a “brecha ecológica” através da qual se alimenta o discurso ambíguo de Marina Silva, mais a denúncia da conciliação de Campos/Marina com o neoliberalismo de FHC ganhará credibilidade e atração eleitoral.

33. Serão muito decisivos neste quadro a postura, os posicionamentos públicos e as iniciativas do governo Dilma e principalmente do PT em relação aos movimentos sociais e as reivindicações públicas em continuidade daquelas ocorridas em junho de 2013. Como se afirmou no início, uma das singularidades principais destas eleições de 2014 será muito provavelmente uma maior combinação entre a luta eleitoral e as lutas públicas por direitos, suas diretivas e seus simbolismos. E a sua cena é exatamente a véspera e a realização da Copa do Mundo no Brasil, trazida artificialmente com o apoio da mídia para o centro da crítica aos impasses brasileiros como uma forma de criar um clima de desestabilização e negativismo em relação ao atual governo federal.

34. Em relação às manifestações de junho e seus desdobramentos, há, grosso modo, três campos de disputa política e simbólica. O primeiro é o campo neoliberal que procura expressá-las e incorporá-las a sua narrativa de que o ciclo petista chegou ao fim, em um cenário desastroso para o país (impasse do crescimento, perda de controle da inflação, perda de credibilidade internacional da economia brasileira etc.) e de corrupção generalizada, liderada pelos “mensaleiros petistas”. Há aí um campo inesgotável de iniciativas de provocação, de instrumentalização até eventualmente de sabotagens da direita neoliberal no Brasil, que podem ocorrer no sentido de criar uma cena política de pânico e de descontrole públicos. É preciso encontrar a linguagem política democrática e republicana para denunciá-las desde já.

35. O campo da esquerda sectária (PSTU, PSOL e outros pequenos agrupamentos) que, em uma posição fortemente minoritária ou marginal na institucionalidade democrática existente,

advogam uma estratégia de ação centrada na denúncia do governo do PT, inserida no repúdio geral aos “políticos corruptos”. Daí a centralidade simbólica conferida ao evento Copa do Mundo, a não delimitação crítica entre o governo Dilma e governos neoliberais como o de Alckmin.

36. A utilização sistemática e prioritária da violência em manifestações de massa constitui um novo desafio para as esquerdas que se organizam em torno ao socialismo democrático. Por um lado, há que se delimitar claramente as visões de mundo conservadoras que deslegitimam o conflito e a legitimidade das ações dos movimentos sociais. É preciso não apenas fazer a defesa aberta da legitimidade das manifestações democráticas, como se colocar junto com elas, incentivando-as e mostrando a sua importância na luta pelo aprofundamento das mudanças no país. De outro, é preciso dar centralidade à denúncia da violência policial institucionalizada no sistema de segurança público brasileiro, herdado da ditadura militar, inclusive das posturas repressivas adotadas pelos governos neoliberais. A isso devemos acrescentar a desmilitarização das polícias e a organização de uma diretriz democrática e republicana para o uso da força por parte do Estado, a partir da PEC da Desmilitarização das Polícias e do Projeto de Lei sobre o uso de armamentos não convencionais, ambos apresentados pelo Senador Lindberg Farias (PT-RJ) ainda em 2013, como resposta à brutal repressão das PMs do Rio de Janeiro e de São Paulo às manifestações. Por outro lado, faz parte da origem e do desenvolvimento da tradição do socialismo democrático, a crítica rigorosa à estratégia de pequenas vanguardas auto-referidas, que fazem do recurso à violência um meio de cobrir a sua carência de liderança, a denúncia de visões de mundo que fazem do uso da violência o seu centro, em detrimento dos valores humanistas e do respeito aos direitos humanos, a defesa da democracia como o lugar político da legitimação do conflito, da diferença e da contestação. A tradição do socialismo democrático, como em uma vasta tradição do republicanismo e na linha dos próprios fundadores do marxismo, confere legitimidade ao uso, se necessário, da violência contra regimes despóticos ou que proíbem as manifestações fundamentais da liberdade e da soberania popular.

37. O terceiro campo é o da esquerda, cujo posicionamento pode e deve ser interpretado como um aprofundamento do posicionamento e das propostas publicamente pela presidenta

Dilma Rouseff. Este posicionamento está centrado no reconhecimento da legitimidade das manifestações democráticas, procurando distingui-las das ações diretas de violência e depredação; na disposição ao diálogo com elas, alternativamente à postura basicamente repressiva de governos liberais ou conservadores; a centralidade conferida à luta pela reforma política do sistema eleitoral, o aprofundamento da luta sistêmica contra a corrupção, o reconhecimento de uma crise urbana e da necessidade de investimentos novos e qualitativos nos transportes públicos; a prioridade para os investimentos em educação e saúde públicas; o compromisso em manter a inflação sob controle.

38. A demarcação frente a Eduardo Campos é importante por três razões. Em primeiro lugar, mostra que há um campo possível de convergências de ações dos neoliberais e dos conservadores com os setores sectários de esquerda, em torno à principalidade do combate ao governo petista, que pode tomar diferentes configurações. O canal desta convergência é certamente o poder de comunicação de massas, estruturalmente em mãos de setores neoliberais e conservadores, com sua capacidade de disputar o simbolismo e a narrativa das manifestações. Em segundo lugar, serve para designar o lugar que a candidatura Campos/Marina procura se posicionar: de um lado, alimentando a narrativa do fim de um ciclo petista e, de outro, apresentando-se como uma alternativa que se colocaria de fora, ou, pelo menos, com menos compromissos com os vícios do sistema político atual. A história do PSB e da própria Marina no ciclo dos governos liderados pelo PT lhes dão, inclusive, certa legitimidade para se apresentar como atores de um novo ciclo político, que manteria “os acúmulos históricos do PSDB e do PT, no campo da estabilidade econômica e da inclusão social.”

39. Mais importante, a demarcação destes três campos de possíveis relações com as mobilizações populares indica um caminho para o PT e para o governo Dilma nestas eleições: a disputa dos 60% dos eleitores que, em média nas pesquisas aferidas recentemente, desejam muitas mudanças no país e que hoje não convergem majoritariamente para um candidato alternativo. Aliás, nas pesquisas aferidas, a reeleição de Dilma consegue já, de fato, polarizar uma parte destas aspirações de mudanças, devido ao seu posicionamento decisivo frente às manifestações de junho. É exatamente esta identidade – continuidade das mudanças já conquistadas e início de um novo ciclo histórico de mudanças democráticas e sociais – que

pode fechar o espaço para uma alternativa que se apresente no imaginário do eleitorado como disposta a um novo ciclo político que supere a polarização histórica entre coalizões lideradas pelo PT e pelo PSDB. É exatamente a partir de um programa e de uma proposta de mobilizações em torno a este programa que represente a continuidade das mudanças que se pode estabelecer o duplo combate político nestas eleições: a crítica à candidatura Aécio como um retrocesso aos tempos de FHC e à alternativa Campos/Marina como incapaz de liderar um aprofundamento das mudanças em função da conciliação central com o neoliberalismo que constitui esta coalizão: o elogio histórico ao governo FHC e a disposição de se aliar às forças neoliberais e conservadoras para governar o país.

40. A valorização da disputa programática, de valores e dimensões simbólicas tem sido fundamental nestes anos de luta com o neoliberalismo para criar a legitimidade democrática para ação dos novos governos eleitos. No caso das eleições de 2014, este reconhecimento é ainda mais decisivo por três razões. Em primeiro lugar, as manifestações de junho e seus desdobramentos na opinião pública imprimiram nova legitimidade à luta pela democratização do sistema político, contra a corrupção sistêmica e pelos direitos públicos. É preciso, pois, responder com um programa novo – assentado nas conquistas já alcançadas – a esta nova legitimidade destas demandas fundamentais. Em segundo lugar, o ano de 2013 foi marcado por uma nova ofensiva das forças político-midiáticas neoliberais em torno à disputa dos rumos da política macroeconômica, centralizadas sobre o aumento da taxa Selic e pela não redução do superávit primário. É preciso pois disputar abertamente a legitimidade democrática do sentido e do aprofundamento das políticas econômicas anti-neoliberais que se afirmaram mais claramente a partir do fim do primeiro mandato do presidente Lula. A afirmação do planejamento democrático, da função decisiva do setor público como financiador, produtor e regulador, das medidas de combate aos poderes financeiros, das iniciativas de defesa dos direitos do trabalho e a ampliação das políticas sociais, da defesa da soberania nacional diante da pressão rentista internacional, da agricultura familiar e da reforma agrária são fundamentais para inverter um panorama político e comunicativo defensivo. Em terceiro lugar, há uma nítida diferença entre o sentido programático da reeleição de Dilma e a opção preferencial pela aliança com o PMDB, que no Congresso Nacional tem evidenciado e até aprofundado o seu

atrelamento a posturas e interesses conservadores. Neste quadro, será decisivo a nitidez programática imprimida pelo PT e pelo PC do B e pelos setores mais progressistas da coalizão à candidatura Dilma Rousseff, preparando inclusive um esforço de uma nova convergência política e social nos próximos anos.

A questão democrática no programa do quarto mandato

41. A criação de uma nova legitimidade para a democratização do poder político no Brasil foi o principal resultado das manifestações de junho de 2013. Passou-se de um mal-estar crônico diante das instituições de representação da democracia brasileira, medidos já há alguns anos pela desconfiança popular diante dos órgãos parlamentares de representação e os próprios partidos, para uma situação crítica da legitimidade democrática, que tende a fazer crescer os votos nulos, brancos e de protesto. Na resolução “Diretrizes de um programa para a revolução democrática”, aprovada na conferência Nacional da DS em 2011, chamávamos atenção já para o déficit democrático central da experiência de transformação dos governos Lula e propúnhamos centrar em seis dimensões combinadas: a luta pela reforma eleitoral do sistema político, a introdução em escala ampliada da participação da democracia participativa no governo federal, a luta pela democratização da formação da opinião pública, o enfrentamento da corrupção sistêmica e o aprofundamento da Justiça de Transição, envolvendo a mudança de paradigmas das políticas de segurança pública. E, enfim, a luta pela democratização da Justiça no Brasil.

42. No item 28 desta Resolução, afirmávamos: “Uma mudança da natureza do Estado equivale a sua refundação democrática através de um novo modelo de Estado. Em geral ela se expressa por um processo de Assembleia Constituinte, que se realiza em meio à construção de uma nova hegemonia. Assim, ela procura maximizar na transformação social a dimensão do consenso e da vontade das maiorias em relação ao momento de força ou de coerção das transformações sociais. Ela consolida os avanços obtidos por reformas e conquistas parciais mas os reorganiza em uma nova lógica unitária de Estado a partir de novos princípios de civilização.” A proposta de fazer uma Assembleia Constituinte exclusiva para redefinir as bases de funcionamento democrático do Estado brasileiro apareceu com centralidade na primeira

resposta de Dilma Rousseff às manifestações de junho, tendo sido retirada após encontrar forte resistência das forças majoritárias no Congresso Nacional, inclusive na própria base parlamentar do governo. Ela hoje reaparece na proposta de realização de um plebiscito popular a ser realizada em setembro de 2014, em favor da convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva para realizar em um sentido amplo a reforma política, através de uma campanha popular frentista que reúne as principais entidades do movimento operário popular brasileiro. É decisivo que o PT, de corpo inteiro, se engaje nesta campanha, inclusive através de seus candidatos, e que a defesa desta proposta seja rerepresentada pela candidatura à reeleição de Dilma Rousseff com o seu sentido de alargamento da participação popular, do pluralismo político e do controle público democrático sobre o Estado brasileiro.

43. A atuação da bancada parlamentar referenciada no movimento interno ao PT Mensagem ao Partido na Câmara Federal foi fundamental para evitar que o PT se colocasse de forma ambígua ou frontal contra a proposta defendida expressamente pela presidenta Dilma Rousseff em favor de uma reforma política do sistema eleitoral, com o seu centro no financiamento público de campanha. Como afirma o item 53 da Resolução, “Por contrariar interesses econômicos e conservadores tão estruturados e enraizados na nossa sociedade e na nossa cultura política, a conquista do financiamento público de campanha e do voto em lista, com paridade na representação das mulheres, não será fruto de uma auto-reforma do sistema político”. É preciso, pois, encontrar uma linguagem política coerente e pública para tornar esta campanha apoiada por dezenas de milhões de brasileiros. O caminho neste sentido é o de mostrar como o financiamento privado de campanha distorce completamente a representação política, em desfavor dos trabalhadores e dos setores populares, servindo além disso de principal meio de renovação da corrupção sistêmica no Estado brasileiro.

44. As jornadas de junho, em sua radical manifestação de maior participação nas decisões do Estado brasileiro, trouxeram uma nova legitimidade para as questões relativas à democracia participativa no governo federal. O acúmulo destas experiências chegou a se unificar em uma proposta de institucionalização das novas leis sociais e das novas formas de participação as quais, no entanto, ao final do governo Lula, acabaram por não ser encaminhadas. Durante o governo Dilma, as experiências das conferências nacionais foram aprofundadas embora não

alcançassem maior visibilidade e poder de agenda. A campanha de 2014 é um momento de clara expressão de uma proposta que consolide os avanços participativos e anuncie novos padrões de relação entre a formação das políticas públicas e do orçamento nacional e os movimentos sociais e a cidadania ativa no país.

45. A aprovação pelo Congresso Nacional da nova lei contra a corrupção, enviada pelo governo federal a partir de estudos da CGU mas só aprovada no Senado para promulgação pela presidenta Dilma após as manifestações de junho, deve ser considerada um marco na luta contra a corrupção sistêmica no Brasil que adquiriu uma nova qualidade e um novo tempo a partir da primeira gestão do presidente Lula. Ela é decisiva porque permite novas possibilidades de penalização dos corruptores, com graves penas administrativas e financeiras, das empresas que organizam circuitos de corrupção no Estado brasileiro. As avaliações da CGU e da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – Enccla, que reúne os principais órgãos de combate à corrupção no país – evidenciam os enormes progressos acumulados no combate à corrupção desde 2002, que passam pela própria constituição funcional da CGU, o reaparelhamento e novo dinamismo da Polícia Federal, a nova lei da transparência pública, os processos de monitoramento por sorteio dos repasses federais às gestões municipais, a tipificação e afastamento dos funcionários corruptos no governo federal, a nova Lei da Ficha Limpa que coíbe o crime eleitoral, a formação do cadastro das empresas inidôneas, a relação ativa com os órgãos internacionais de combate à corrupção. Já é possível programatizar a partir destes avanços, em um período de tempo, o fim da corrupção sistêmica no Brasil, aquela que está tipificada e faz parte do próprio funcionamento do sistema político e do Estado brasileiro.

46. Uma das principais polêmicas que a Mensagem ao Partido e a Democracia Socialista têm mantido desde a crise de 2005 no interior do PT refere-se à necessidade de dar centralidade ao tema da luta contra a corrupção, tratada como parte da luta democrática e a partir de um viés anti-liberal. Há três razões que concorrem para esta centralidade: a corrupção no Brasil ainda é sistêmica, isto é, profundamente disseminada e tipificada devido às raízes anti-republicanas de formação do Estado brasileiro, afetando até mesmo experiências de governos de coalizões lideradas pelo PT; a existência de uma corrupção sistêmica deslegítima e

desmoraliza os fundamentos públicos e democráticos do Estado, criando fenômenos muito típicos nas democracias ocidentais de repúdio à política; na ausência de um enfoque hegemônico da esquerda, a bandeira da anti-corrupção é instrumentalizada, ao modo udenista, em favor do Estado mínimo e de uma ataque calunioso às próprias forças da esquerda.

47. Uma outra frente fundamental da democratização do poder no Brasil é aquele tratado no item 59 da Resolução que diagnostica um processo histórico-estrutural de privatização da opinião pública, propondo a seguir um esforço concentrado na luta pela democratização da opinião pública no Brasil. De lá para cá, esta luta ganhou novos contornos e dinamismos: a principal é a campanha nacional liderada pela Frente Nacional pela Democratização das Comunicações, que propõe a regulamentação dos artigos previstos na Constituição federal e que até hoje foram obstaculizados pelo poder das grandes empresas privadas de comunicação; criaram-se elementos, em particular na rede virtual mas também em iniciativas de jornais populares de âmbito local, da formação do que poderíamos chamar de uma rede democrático popular de comunicação que, no entanto, exige ainda muito investimento político para se enraizar e crescer o seu poder de informação e opinião alternativos; aprofundaram-se no PT e nas vanguardas da esquerda a consciência e as formulações das dimensões comunicativas e discursivas da luta pela emancipação social, retomando dimensões do marxismo clássico que foram sendo congeladas ou esquecidas ao longo dos anos.

48. Um dos maiores ganhos democráticos do governo Dilma Roussef foi certamente em relação aos temas da chamada Justiça de Transição (tratado no item 68 da Resolução), através da formação da Comissão da Verdade e dos trabalhos da Comissão Brasileira de Anistia, do Ministério da Justiça. Investigar e tornar pública, como posição de Estado, a verdade sobre todas as dimensões criminosas da repressão da ditadura militar, cultivar a memória e a reparação dos que sofreram perseguição, punir os culpados pelos crimes contra os direitos humanos e reformar as instituições da repressão desenvolvidas durante o regime militar, constituem os quatro elementos fundamentais da Justiça de Transição. A Comissão da Verdade, ao divulgar os arquivos guardados como segredos pelas Forças Armadas, ao esclarecer assassinatos de militantes e lutadores, ao prestar homenagem pública ao ex-presidente Goulart

e investigar as condições de sua morte, ao se pronunciar pela voz de uma das suas coordenadoras em favor da revogação da Lei de Anistia da ditadura militar e pela punição dos criminosos, como é o posicionamento das instituições internacionais, criou uma nova dinâmica da Justiça de Transição no Brasil. Ao mesmo tempo, a Comissão Brasileira de Anistia tem promovido um formidável trabalho de memória com a criação de um Memorial Nacional da Anistia, com a inauguração de um conjunto de monumentos públicos, de caravanas da anistia, de publicação de livros e documentários e de revistas teóricas sobre as experiências dos povos no campo da Justiça de Transição.

49. Um grande impasse das políticas do governo federal na área democrática continua a ser as políticas de segurança pública, tendo se perdido uma dinâmica inicial construída pela Primeira Conferência nacional de Segurança Cidadã e pelo lançamento do Pronasci. A militarização das PMs, sua subordinação aos entes federativos, a forte propaganda conservadora sobre a necessidade de novas leis punitivas, a continuidade de uma ostensiva, escandalosa e infamante escalada no assassinato de jovens da periferia, em sua maioria negros, constitui certamente um impasse central da democracia brasileira. É fundamental que o PT e um segundo mandato Dilma reconstitua uma dinâmica pública, a partir de valores da esquerda nesta área, a partir das experiências positivas locais já realizadas e do acúmulo de elaboração de políticas públicas disponíveis.

50. Um outro grande impasse referido nas Resoluções a partir do item 69 é o das relações entre o poder judiciário e o processo de republicanização incompleto do Brasil. Em particular, o período recente, com o julgamento da ação Penal 470, demonstrou com todas as evidências os riscos de um processo de judicialização da política e a instrumentalização do judiciário por forças conservadoras. Este continua ser um grande desafio para as esquerdas brasileiras no próximo período: o de democratizar o acesso à justiça, de superar as dimensões classistas e conservadoras de sua história e, ao mesmo tempo, tornar o funcionamento do judiciário brasileiro compatível com os princípios fundamentais da soberania popular.